



Índice

- 01** Ruralistas ampliam ataque aos direitos fundiários dos povos indígenas
- 02** Comitativa do Maranhão protesta contra a PEC 215 na Câmara dos Deputados
- 03** Índios cortam cabo de operadora de telefonia, em Bom Jardim
- 04** Fórum das Associações Xinguanas
- 05** Terras quilombolas são demarcadas a passos lentos durante os três últimos governos
- 06** 3º Encontro do Cerrado
- 07** Lideranças do Maranhão se reúnem com Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e protestam contra PEC 215
- 08** Depois de décadas, MPF e outros órgãos firmam TAC sobre ocupação da Ilha da Marambaia
- 09** Pará vai expor no Tocantins experiência de defesa das comunidades quilombolas
- 10** Justiça determina que Dourados, MS, providencie escola a 600 indígenas
- 11** Agricultura Xukuru e Natureza Sagrada: Pensamentos e práticas em torno da materialização do “Encantamento do Urubá”
- 12** UFRGS está com inscrições abertas para o vestibular indígena 2015
- 13** Contadores podem colaborar com a formalização de comunidades quilombolas
- 14** TRF4 autoriza permanência de Guaranis na Reserva Bom Jesus
- 15** Indígena tem bens bloqueados por arrendamento de terras da União



-
- 16** [Deputado contesta matérias que ligam morte de indígena à disputa por terras](#)
 - 17** [Governo Federal lança Selo Indígenas do Brasil](#)
 - 18** [Na aldeia Krenak, em MG, idosos dão aulas para os mais novos e são chamados de mestres de tradição](#)
 - 19** [Comunidades quilombolas encerram apresentações da Semana da Consciência Negra](#)
 - 20** [Marinha e comunidade quilombola fazem acordo no Rio](#)
 - 21** [Assinatura de requerimento para Seguro Defeso inicia na segunda](#)
 - 22** [Apenas 8,3% das entidades assistenciais atendem povos e comunidades tradicionais](#)
 - 23** [Funai implanta bibliotecas indígenas](#)
 - 24** [Terror no Sul da Bahia: em mega-operação, policiais espancam e atiram balas de borracha contra os Pataxó](#)
 - 25** [Rio Trombetas \(PA\): MPF demanda planejamento e controle social](#)

01 Ruralistas ampliam ataque aos direitos fundiários dos povos indígenas
SÍTIO CIMI, 25.11.2014

Inserido por: Administrador em 25/11/2014.

Fonte da notícia: [Cimi - Conselho Indigenista Missionário](#)



O Cimi - Conselho Indigenista Missionário repudia veementemente o texto do “Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 215/2000” apresentado pelo deputado ruralista Osmar Serraglio (PMDB-PR), no dia 17 de novembro de 2014 (LEIA INTEIRO TEOR). A PEC 215/2000 e seu Substitutivo é descaradamente inconstitucional e ultrajante aos povos. Inviabiliza novas demarcações de terras indígenas. Reabre procedimentos administrativos já finalizados. Legaliza a invasão, a posse e a exploração das terras indígenas demarcadas.

O Substitutivo propõe uma ampla gama de exceções ao direito de posse e usufruto das terras por parte dos povos indígenas. Além das “ocupações configuradas como de relevante interesse público da União”, as exceções e limitações à posse indígena também se aplicaria em relação à “instalação e intervenção de forças militares e policiais, independentemente de consulta às comunidades indígenas”, à “instalação de redes de comunicação, rodovias, ferrovias e hidrovias”, à “área afetada por unidades de conservação da natureza”, a “perímetros urbanos” e ao “ingresso, trânsito e permanência autorizada de não índios, inclusive pesquisadores e religiosos”.

Além de vedar à “ampliação de terra indígena já demarcada”, a proposta determina que a delimitação definitiva das terras indígenas seria feita somente por meio da aprovação de projeto de lei. Sendo assim, a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

demarcação de toda e qualquer terra indígena teria que passar pela aprovação da Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Com um Congresso Nacional dominado pelo ruralismo e interesses das grandes corporações empresariais multinacionais do campo, a consequência prática disso seria o total impedimento de novas demarcações de terras. A Proposta estabelece ainda que, “Havendo conflito fundiário”, deve ser feita a “permuta de áreas”.

Concomitantemente, a Proposta ressuscita a estratégia usada pelo Estado e inimigos dos povos para promover o roubo e o esbulho dos territórios indígenas em décadas passadas ao definir que “As comunidades indígenas em estágio avançado de integração com os não índios podem se autodeclarar, na forma da lei, aptas a praticar atividades agropecuárias e florestais sustentáveis, celebrar contratos, inclusive os de arrendamento e parceria”.

Por fim, e não menos grave, o Substitutivo apresentado pelo deputado ruralista Osmar Serraglio, além de abrir a possibilidade das comunidades indígenas “permutar, por outra, a área que originariamente lhe cabe”, determina que “Os procedimentos de demarcação que estejam em desacordo com as disposições desta Emenda Constitucional serão revistos no prazo de um ano, contado da data da publicação desta Emenda”. Com isso, como evidente, abrir-se-ia uma situação de profunda fragilidade e instabilidade jurídica e política relativamente às terras indígenas já demarcadas e que estão na posse dos povos indígenas.

O Cimi reafirma o compromisso de manter o apoio às necessárias, urgentes e abrangentes mobilizações dos povos em defesa do direito às suas terras e às suas Vidas. Não à violência da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Sim à causa e à Vida dos povos originários. Pela rejeição da PEC 215/00.

Brasília, DF, 25 de novembro de 2014.

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

02 Comitativa do Maranhão protesta contra a PEC 215 na Câmara dos Deputados
SÍTIO CIMI, 25.11.2014

Inserido por: Administrador em 25/11/2014.

Fonte da notícia: [Luana Luizy- Assessoria de Comunicação, Cimi](#)



O Maranhão foi o estado do Brasil que mais deu votos proporcionais para a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, no entanto, é um dos estados mais controversos no que tange a causa indígena. Com objetivo de reivindicar direitos garantidos na Constituição e Federal e protestar contra retrocessos, uma comitativa composta por 40 lideranças indígenas do Maranhão chegou hoje (25) a Brasília para protestar contra a nomeação da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) como ministra da Agricultura, pela revogação da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) e pela continuação das demarcações.

Hoje pela manhã os indígenas participaram de uma audiência pública na Câmara dos Deputados com Padre Ton (PT-RO), Janete Capiberibe (PSB-AP), Érika Kokay (PT-DF) e representante da Organização das Nações e Povos Não Representados, ou UNPO (do inglês Unrepresented Nations and Peoples Organization).

A nomeação da senadora ruralista Kátia Abreu como ministra da Agricultura reafirma o compromisso do atual governo com o agronegócio, sob pena de deixar indígenas, quilombolas e pequenos agricultores vulneráveis a ataques. “Temos que começar a questionar o governo e não aceitar Kátia Abreu como ministra da Agricultura, já que fazemos parte dos 54 milhões que elegeram Dilma, precisamos avançar nas políticas sociais. Sou contra a nomeação de Kátia Abreu ao Ministério da Agricultura, tendo em vista o que isso significará”, critica Padre Ton (PT-RO).

CONT.

PEC 215 e inviabilização das demarcações

A proposta de parecer da PEC 215 apresentada pelo deputado, Osmar Serraglio (PMDB-RR) tem pontos mais controversos e reforça o ataque as comunidades tradicionais, pois propõe mudanças no art. 231. Na nova proposta, os indígenas poderiam permutar terras, além de propor para os povos considerados "em estágio avançado de integração" poder celebrar o arrendamento de terras, uma estratégia utilizada pelo Estado no passado para o esbulho dos territórios tradicionais. O novo texto também coloca aos procedimentos de demarcação que estão em desacordo possam ser revistos no prazo de um ano, o que possibilitaria criar uma grande instabilidade jurídica. "A PEC 215 nos extermina e vai dar o direito dos latifundiários entrar em nossas terras", aponta Ana Cleide Guajajara.

[Leia mais: Ruralistas ampliam ataque aos direitos fundiários dos povos indígenas](#)



O Brasil é um dos países signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que prevê consulta livre, prévia e informada sobre o impacto dos megaprojetos em territórios indígenas, quilombolas e tradicionais. "A criminalização histórica deixou os povos vulneráveis. O Brasil poderia ser um modelo para a proteção, mas parece ser uma coisa que só fica no papel. Hoje os indígenas sofrem com expectativa baixa, pobreza e alto índice de mortalidade", comenta Iva Petrovick da UNPO.

A representante da Organização dos Povos e Nações não representados (UNPO) manifestou preocupação sobre o andamento das demarcações. "A demarcação é uma etapa importante, pois indica reconhecer os

CONT.



povos, com Dilma as demarcações pararam e a Funai hoje sofre pressão para não publicar os Relatórios de Identificação e Delimitação. Entendemos que sem a demarcação e sem o reconhecimento das terras, os direitos indígenas podem ser violados e o meio ambiente destruído. O governo brasileiro deve usar um diálogo de autodeterminação, terra e bem estar e a UNPO vai continuar atuando na defesa dos povos indígenas, inclusive dos Awá-Guaja, que sofrem com a invasão de madeireiros em sua terra”, diz Iva Petrovick UNPO.

“O colonialismo ainda não findou neste país, a PEC 215 é o sangrar de nossa CF. Todo dia arrancamos a condição de ser indígena. Será que alguém acha possível ser indígena sem rios, terra? É um epistemicídio contínuo com a negação da cultura dos povos, precisamos negar o colonialismo, contra uma ditadura que tirou o Brasil dele mesmo”, assinala a deputada federal Érika Kokay (PT-DF).

Pontos reivindicados pela comitiva do Maranhão:

- Revogação da PEC 215
- Destituição de Kátia Abreu como ministra da Agricultura
- Assinatura dos 17 decretos de homologação que estão atualmente na mesa da presidenta Dilma
- Assinatura das 13 portarias declaratórias pelo ministro da Justiça, Eduardo Cardozo
- Fortalecimento da Funai
- Desintrusão de invasores da Terra Indígena Krikati
- Publicação do Relatório de Identificação e Delimitação da TI Governador do povo Pukobyê-Gavião
- Combate a exploração de madeira na TI Arariboia do povo Guajajara



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

03 Índios cortam cabo de operadora de telefonia, em Bom Jardim
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 25.11.2014

*Cabo da Oi passa por dentro da reserva indígena.
Guajajaras, ainda, apreenderam carros da empresa.*

Do G1 MA, com informações da TV Mirante

<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/11/indios-cortam-cabo-de-operadora-de-telefonia-em-bom-jardim.html>

Índios Guajajaras cortaram um cabo de fibra ótica da operadora de telefonia Oi que passa por dentro da reserva indígena, no município de Bom Jardim, a 275 km de São Luís. Eles, também, se apoderaram de dois carros da empresa para fazer uma série de reivindicações.

O cabo de fibra ótica passa por dentro das aldeias, por isso, os índios resolveram cobrar das empresas melhorias para as comunidades. O documento elaborado pelos índios foi entregue aos representantes da empresa de telefonia em julho do ano passado, durante uma reunião na aldeia.

A demora em ter as exigências atendidas revoltou as comunidades indígenas que resolveram protestar. Os manifestantes cavaram até encontrar o cabo. Entre as exigências deles estão um orelhão com cabine padronizada e que faça ligações 0800, salas de computação equipadas com internet de graça, ampliação e reforma do posto de saúde da aldeia Areão e, ainda, a construção de um posto de saúde para as aldeias Tabocal e Novo Planeta.

A Oi informou que a empresa já está tratando do caso com os órgãos responsáveis e que não tem um levantamento de quantas pessoas e municípios estão sendo prejudicados pelo corte do cabo de fibra ótica, em Bom Jardim. Uma equipe da empresa já está avaliando os prejuízos da ação dos índios.



04 Fórum das Associações Xinguanas
SÍTIO FUNAI, 26.11.2014



Foto: Luís Donisete Benzi Grupioni/Instituto Iepé

Colaboração: Eliane da Silva Souza Pequeno

Entre os dias 18 e 21 de novembro foi realizada na Terra Indígena Parque do Xingu, CTL Leonardo, a Oficina sobre Protocolos Indígenas.

O encontro foi organizado pela Associação da Terra Indígena Xingu - ATIX e Rede de Cooperação Amazônica - RCA com apoio da Funai pela Coordenação Regional Xingu e a Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania - CGPC/DPDS.

As comunidades, aldeias e associações do Parque Indígena do Xingu discutiram preliminarmente sobre a construção conjunta de novas regras de entendimento entre os povos indígenas e o Estado, em especial no que tange ao direito de consulta prévia estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. A iniciativa inicia a reflexão sobre a construção de protocolo de consulta aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Parque do Xingu, garantindo o direito de participação com exercício de autonomia e reafirmação da identidade étnica, cultural, econômica e social dos povos indígenas.

CONT.



A Oficina ocorreu no âmbito do Fórum das Associações Xinguanas que reúne as diversas associações indígenas das quatro regiões - alto, médio, baixo e leste - da Terra Indígena Parque do Xingu, localizado no estado do Mato Grosso, uma das maiores e mais famosas reservas do mundo, estabelecida na década de 1961 no governo de Jânio Quadros, juntamente com Marechal Rondon, Darcy Ribeiro, Noel Nutels, Café Filho, entre outras personalidades.

Os objetivos da Oficina foram:

- a) levar informações sobre o direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT e trabalhar a [cartilha da Funai sobre o assunto](#);
- b) apresentar a experiência de elaboração de protocolo Wajãpi como estratégia de preparação e fortalecimento interno frente a possíveis cenários de impactos sobre suas terras e direitos; e
- c) discutir sobre o interesse e necessidade de realizar oficinas locais para a elaboração do protocolo de consulta livre, prévia e informada para a região do Xingu.

A reflexão sobre o direito de consulta livre, prévia e informada, e a efetiva participação indígena remete necessariamente ao fortalecimento da autonomia dos povos indígenas e de suas formas próprias de organização social, considerando a diversidade étnica e organizacional do Parque Indígena do Xingu, os assuntos relativos à representatividade, legitimidade e organização política dos dezesseis povos indígenas que habitam a terra indígena - entre eles, os Yalapiti, Kamaiurá, Waurá, Kuikuro, Ikpeng, Kawaiwete e Kisêdjê - surgiram de maneira expressiva ressaltando a interrelação entre povos.

CONT.



Foto: Luís Donisete Benzi Grupioni/Instituto Iepé

Entre os resultados obtidos com a Oficina sobre Protocolos de Consulta Indígena ficou programada uma série de quatro oficinas locais, distribuídas pelas aldeias xinguanas atendidas pelas Coordenações Técnicas Locais, da Coordenação Regional Xingu, com elaboração e apresentação de um documento sobre consulta indígena a ser entregue na próxima assembleia da Associação da Terra Indígena Xingu, prevista para o mês de novembro de 2015, durante a comemoração dos seus vinte anos de constituição.

Os indígenas também fizeram correlação do tema do protocolo de consulta com assuntos urgentes que afetam o Parque Indígena do Xingu como um todo e que, muitas vezes, exigem posicionamentos uniformes e consensuados entre os diversos povos e comunidades. Organizar as regras políticas e sociais dos diferentes povos indígenas dentro do mesmo território para a garantia de seus direitos frente à relação com agentes externos é a chave para o reconhecimento da autonomia dos povos indígenas.

05 Terras quilombolas são demarcadas a passos lentos durante os três últimos governos
SÍTIO ADITAL, 25.11.2014

Adital

Às vésperas do Dia da Consciência Negra, comemorado na última quinta-feira, 20 de novembro, o Governo de São Paulo anunciou o reconhecimento das comunidades quilombolas de Abobral da Margem Esquerda, Engenho, Bombas e Aldeia, no Vale do rio Ribeira, no sul do Estado. Abobral da Margem Esquerda e Engenho ficam no município de Eldorado, Aldeia, no município de Iguape, e Bombas, no município de Iporanga, e abrigam 86 famílias no total.



Virgínia da Costa e Leonila Priscila da Costa Pontes, lideranças do quilombo de Abobral mostram orgulhosas da conquista.

Foto: Frederico Viegas-ISA

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), o reconhecimento territorial é um passo importante na luta pela titulação da terra, quando o Estado reconhece que o território existe e que a comunidade que lá vive tradicionalmente ocupa e usa o espaço territorial, ligado às suas tradições e ancestralidade. Tanto pode ser feito por meio da Portaria de Reconhecimento do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] ou do Relatório Técnico Científico (RTC) no caso do Itesp [Instituto de Terras de São Paulo]. Esse status garante aos quilombolas assistência técnica do Itesp e benefícios como obras de infraestrutura, recebimento de insumos e materiais para fomentar a produção. "No entanto, os processos fundiários para reconhecimento e posterior titulação têm sido cada vez mais lentos. Das quatro comunidades reconhecidas no último domingo, o caso mais ilustrativo de demora e de conflitos de

CONT.

sobreposição com unidades de conservação é a comunidade quilombola de Bombas”, destaca a entidade.

A falta e a demora na regularização fundiária continuam sendo as demandas principais das comunidades quilombolas que, muitas vezes, têm suas práticas tradicionais, como os plantios de roça e as atividades de renda limitadas em função da ocupação por terceiros (fazendeiros, posseiros que ainda não foram indenizados); e da sobreposição com Unidades de Conservação. Atualmente, o Estado de São Paulo tem 32 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas, sendo 25 no Vale do Ribeira. Destas, seis foram tituladas em terras públicas estaduais. Segundo dados do Itesp, 66 comunidades identificadas no Estado aguardam reconhecimento.

O [Instituto de Terras de São Paulo informa que 32 entre 54 comunidades já foram reconhecidas no Estado](#), quatro estão com trabalhos em andamento, e o restante, 18, são apontadas como comunidades remanescentes de quilombos, mas apenas duas solicitaram o reconhecimento ao Itesp.

No Brasil

Em nível nacional, o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff [do Partido dos Trabalhadores – PT] está chegando ao seu fim sem que se registre qualquer mudança no ritmo lento de titulações de terras quilombolas, que marcou também a gestão de seus antecessores, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). Até 13 de novembro, Dilma havia titulado apenas nove terras, todas parcialmente. No Incra, aguardam por conclusão mais de 1.400 processos.



CONT.



Mais um governo que pouco avançou na efetividade do direito dos quilombolas às suas terras. Atualmente, [140 terras quilombolas](#), onde vivem 229 comunidades, estão tituladas, sendo que parte delas apenas parcialmente. Nas áreas regularizadas, encontram-se 12.428 famílias, o que representa 5,8% das 214.000 famílias que a [SEPPIR](#)[Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial da Presidência da República] estima ser a população quilombola no Brasil.

Os estados com maior número de territórios quilombolas titulados são o Pará (54 terras) e Maranhão (52). O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) titulou 46 terras e no Maranhão todas foram regularizadas pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma).

[Entenda os procedimentos da titulação das terras quilombolas.](#)

Os complexos caminhos que envolvem a desapropriação de imóveis incidentes nos territórios quilombolas explicam em parte a demora na finalização dos processos e também a emissão de títulos parciais outorgados à medida que os acordos com os diferentes proprietários ocorrem (em uma mesma terra quilombola podem incidir diferentes imóveis). As crescentes contestações judiciais dos processos em diferentes fases também constituem outro obstáculo na efetivação das titulações.



Mas esses fatores por si só não explicam porque 88% dos 1.462 processos em curso no Incra ainda não ultrapassaram a fase inicial de identificação do território a ser titulado, a partir da qual se abre o período de contestação.

A agilização dos estudos e dos levantamentos necessários à identificação dos territórios quilombolas demanda uma estrutura muito maior do que a atual. Embora seja inegável que nos últimos anos houve um fortalecimento do "setor quilombola" do Incra, com contratação de profissionais, este ainda está muito

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

alguém do necessário para impulsionar o andamento dos processos.

E não se pode deixar de lembrar dos processos cujo os relatórios de identificação estão prontos, tecnicamente aprovados, mas que não são publicados – algo semelhante ao que [ocorre com as terras indígenas](#). Questões políticas de diferentes ordens vêm emperrando essas publicações.

É o que ocorre com relatórios das [comunidades de Oriximiná](#), no Pará, que não são publicados pois as áreas de tais comunidades estão sobrepostas à Unidades de Conservação. Contrariando a norma que estabelece que os relatórios devem ser publicados e depois então consultados os demais órgãos, há mais de um ano o Incra segura a publicação em busca de um entendimento com o Ministério do Meio Ambiente.

Mais informações na [Comissão Pró-Índio de São Paulo \(CPI-SP\)](#).

Com informações do ISA e da CPI-SP.



06 3º Encontro do Cerrado

SÍTIO COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 25.11.2014



O 3º Encontro do Cerrado, organizado pela Articulação CPT's do Cerrado, aconteceu entre os dias 21 e 23 de novembro, no Seminário Santa Mônica, em Brazabrantes (GO), distante 40 quilômetros de Goiânia. Confira mais informações e a Carta do Encontro:

Durante os três dias de formação, cerca de 40 participantes, entre representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de organizações parceiras, refletiram sobre as problemáticas ambientais e sociais geradas com a degradação do cerrado, a partir das assessorias de Caroline Leal, do Conselho Indigenista Missionário de Pernambuco (Cimi); Roberto Malvezzi, o Gogó, da Articulação Popular São Francisco Vivo (SFVivo); Tatiana Emilia, CPT Bahia; Plácido Júnior, da CPT Nordeste II, e Danilo Pereira Cuin, estudante da Universidade Federal Fluminense (UFF). O Encontro contou ainda com representantes da CPT do Ceará e da Articulação das CPT's na Amazônia.

Ao final do Encontro o grupo aprovou uma Carta, em que destacam que “se faz necessário olhar para os conhecimentos produzidos pela ciência e pelas comunidades, de modo que a vida que segue, com base nas experiências vivenciadas pelas comunidades, possibilite uma melhor compreensão das “alternatividades” construídas, enxergando nelas saídas para as crises: de trabalho, da falta de água, da produção de alimentos, sem se deixar pautar apenas pelo acúmulo de riquezas por alguns, mas sim pautando-nos pelo direito à vida”.

CARTA DO ENCONTRO DO CERRADO

21 a 23 de novembro de 2014

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da Articulação CPT's do Cerrado, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Rede Grita Cerrado – constituída pelas organizações Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Centro de Estudos Bíblicos em Goiás (Cebi Goiás), Instituto Brasil Central (Ibrace) e CPT Goiás – se reuniram numa articulação em defesa do Cerrado entre os dias 21 a 23 de novembro, em Brazabrantes (GO). O Encontro do Cerrado foi um momento de partilhar, avaliar e contribuir com as lutas e esperanças dos Povos e Comunidades do Cerrado, que vivem e dependem desse bioma.

Preocupam-nos muito o atual modelo agrícola praticado e o avanço das suas fronteiras, principalmente as commodities da soja, eucalipto, cana-de-açúcar, algodão, bem como a mineração, sobre as áreas de Cerrado. Isso vem desrespeitando e desconsiderando diversas comunidades que dependem dos seus territórios livres para viverem, como também negando a importância nacional desse bioma, numa total devastação ambiental, impondo sérios problemas às comunidades e aos povos do campo, como o envenenamento intencional pelo uso de agrotóxicos, que tem aumentado assustadoramente o número de casos de câncer no Brasil.

O desmatamento da Amazônia, local onde se origina grande parte do ciclo de nossas águas, interfere diretamente nas chuvas que caem no Cerrado e atinge os demais biomas. Essa é uma das causas fundamentais do estresse hídrico. Diversas pesquisas tem constatado o desaparecimento de vários rios do Cerrado e a diminuição gradual da quantidade de água nos aquíferos. Tendo em vista que o Cerrado é a nossa “caixa d’água”, que abastece os vários rios do País, entendemos que o modelo do agronegócio não respeita a vida e tem alterado a dinâmica dos biomas. Um exemplo claro é a degradação atual do Rio São Francisco, que chegou ao limite, dificultando ou, em alguns casos, impossibilitando sua recuperação. Essa realidade nos mostra claramente que vivemos um processo de caos ambiental e social.

Contudo, as comunidades e povos tradicionais do Cerrado – indígenas, quilombolas, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, pescadores, ribeirinhos, retireiros, vazanteiros, posseiros, camponeses e outros – nos mostram que em harmonia com a biodiversidade, por meio de seus saberes e fazeres, sempre produziram vida no “berço das águas” ou na semiaridez.

Pensando nestes modos de vida e ouvindo populações que, a todo o momento, são expulsas de seus territórios em função de um modelo economicista e depredador da natureza, denunciamos a falta de compromisso do Estado com seu povo.

Com base nas partilhas e discussões durante o Encontro do Cerrado, reivindicamos:

CONT.



- Que os governos optem por reconhecimento de territórios livres, desconcentrando as terras e os meios de produção;
- Que as escolhas sejam pautadas pelo Bem Viver e não se paute pela privatização da biodiversidade e da exploração das pessoas;
- Que a nossa Constituição contemple, em caráter de urgência, os direitos da natureza;
- Que ao olhar os fazeres dos povos do Cerrado, tome-se por base o cuidado para com a terra, nossa casa comum e para com os povos que nela habitam;
- Que seja imperativo, no âmbito das políticas do governo federal, a demarcação e titulação das terras indígenas, quilombolas e das demais comunidades tradicionais;
- Que os biomas Cerrado e Caatinga sejam reconhecidos como patrimônio nacional, com a aprovação urgente da PEC 504/2010;
- Que o direito à propriedade privada não seja superior ao direito coletivo de ser e viver na terra;
- Que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57A/1999, a PEC do Trabalho Escravo, seja regulamentada sem a alteração do conceito atual de Trabalho Análogo a Escravo;
- Que a luta pela Reforma Agrária não seja criminalizada. Ao contrário, o governo também faça acontecer a democratização das terras para os camponeses, garantindo produção de alimentos e vida;
- Que sejam fiscalizadas e punidas as forças policiais utilizadas como instrumento repressor da luta pela terra e territórios;
- Que o projeto de lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras seja adotado pelos parlamentares, e faça parte da pauta do Congresso Nacional;
- Que o Ministério Público Federal acolha o pedido para a Moratória para o rio São Francisco, protocolado pela Articulação Popular São Francisco Vivo (SFVivo), e impeça que novos e os atuais projetos continuem a destruir a vida no e do rio.

Por fim, entendemos que se faz necessário olhar para os conhecimentos produzidos pela ciência e pelas comunidades, de modo que a vida que segue, com base nas experiências vivenciadas pelas comunidades, possibilite uma melhor compreensão das “alternatividades” construídas, enxergando nelas saídas para as



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

crises: de trabalho, da falta de água, da produção de alimentos, sem se deixar pautar apenas pelo acúmulo de riquezas por alguns, mas sim pautando-nos pelo direito à vida.

Participantes do Encontro da Articulação CPT's do Cerrado



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

07 Lideranças do Maranhão se reúnem com Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e protestam contra PEC 215

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



[Instituto Socioambiental](#)

Uma delegação de 40 lideranças indígenas, com representantes dos povos Krikati, Gavião, Krenyê, Guajajara, Gamela e Ramkokamekrá Canela, do estado do Maranhão, está em Brasília para participar de audiências e fazer mobilizações junto aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário durante esta semana.

Hoje (25), no Congresso Nacional, os indígenas participaram de mesa redonda com a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas para denunciar os desmontes constitucionais aos direitos dos povos originários no Brasil. No restante da semana, as lideranças vão permanecer em Brasília e manifestar-se contra proposições anti-indígenas de parlamentares ruralistas, especialmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, além de entregar documentos aos ministros do STF contra decisões recentes da Segunda Turma da corte que restringem o alcance do direito dos povos indígenas.

08 Depois de décadas, MPF e outros órgãos firmam TAC sobre ocupação da Ilha da Marambaia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



JORNAL DO BRASIL

No próximo dia 27, o Ministério Público Federal (MPF), a Marinha do Brasil, o Incra e outras instituições federais celebrarão um termo de ajustamento de conduta (TAC) para encerrar, depois de décadas, um conflito fundiário entre a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia e a Marinha. Os ministros Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) e Luiza Bairros (SEPPIR) confirmaram suas presenças.

O acordo define o limite máximo das áreas que poderão ser tituladas em nome da comunidade, excluindo todas as que a Marinha considerou necessárias para suas atividades militares. Não haverá, por outro lado, sobreposição entre as terras que serão demarcadas e áreas de preservação ambiental. O TAC é uma inédita e bem-sucedida tentativa de conciliar os diversos direitos e interesses públicos envolvidos na ilha: segurança nacional, meio ambiente, moradia e preservação da identidade étnico-cultural.

O acordo também assegura o acesso dos moradores aos serviços de saúde, educação e transporte proporcionados pela Marinha na ilha. Aprovado pela comunidade da Marambaia e por todos os órgãos federais envolvidos, o TAC se tornará efetivo depois de homologado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

Pelo acordo, o Incra terá o prazo de 270 dias para concluir o processo de reconhecimento e titulação da

CONT.



comunidade. Se o Incra considerar o grupo como remanescente de quilombo, receberá um título coletivo de propriedade sobre a área. Se, por qualquer razão, a comunidade não for considerada quilombola, a União lhe concederá o direito real de uso sobre as mesmas terras, de forma a assegurar, em qualquer caso, o direito à moradia e à preservação da sua cultura tradicional do grupo.

Histórico do litígio – A Ilha da Marambaia pertenceu ao Comendador Breves, conhecido traficante de escravos, que a usava para “engorda” dos negros que trazia da África, antes de comercializá-los. Com o fim da escravidão, descendentes destes ex-escravos permaneceram na ilha, ocupando a terra de forma tradicional e trabalhando como pescadores artesanais. Na década de 70, a ilha, que tinha sido adquirida pela União, passou a ser usada como área de treinamento pelos fuzileiros navais e surgiram alguns conflitos fundiários entre os antigos moradores e a Marinha, que administra a área.

Em 2002, o MPF propôs ação civil pública para proteger a posse da comunidade e obrigar o Incra a concluir o processo administrativo de regularização fundiária das terras quilombolas. A ação foi julgada procedente pela Justiça Federal de Angra dos Reis, mas o TRF da 2ª Região suspendeu os efeitos da sentença. No momento, o processo aguarda o julgamento de recurso da União e do Incra.

09 Pará vai expor no Tocantins experiência de defesa das comunidades quilombolas
SÍTIO AGENCIA PARÁ, 25.11.2014



A defesa das comunidades quilombolas será tema do trabalho apresentado pela representante da Defensoria Pública do Pará

Da Redação

Agência Pará de Notícias

A Defensoria Pública do Pará vai participar do seminário “Defensoria Pública Quilombola: uma aliada na efetivação dos direitos das comunidades tradicionais”, que acontecerá na próxima quinta-feira (27), em Palmas (TO), promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Núcleo da Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) e Núcleo de Ações Coletivas (NAC). A defensora Pública Andréa Barreto, coordenadora do Núcleo da Defensoria Agrária no Pará, será uma das palestrantes do seminário, abordando o tema “A Defesa das Comunidades Tradicionais Quilombolas”.

O evento será aberto pelo defensor público geral do Tocantins, Marlon Costa Luz Amorim, e terá a apresentação cultural da tradicional dança quilombola Sussa, com integrantes de comunidades quilombolas associados à Coordenação Estadual dos Quilombolas Tocantinenses (COEQTO).

A programação acontecerá das 19h30 às 22 h, e terá a participação do defensor público e coordenador do Núcleo da Defensoria Pública Agrária do Tocantins, Pedro Alexandre Gonçalves, e dos defensores Hud Ribeiro Silva, diretor regional de Dianópolis, pioneiro das ações patrocinadas para a população quilombola no âmbito da Defensoria do Tocantins, e Arthur Luiz Pádua Marques, coordenador do Núcleo de Saúde (Nusa), igualmente pioneiro nesse tipo de ação. Serão discutidas iniciativas até agora patrocinadas por

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

meio do Projeto Defensoria Quilombola, e expostos os números do projeto.

Micheline Ferreira

Defensoria Pública do Estado do Pará



10 Justiça determina que Dourados, MS, providencie escola a 600 indígenas
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.11.2014

*Liminar é resultado de Ação Civil Pública por ato de improbidade.
Juíza determina construção imediata de cinco novas salas de aula.*

Do G1 MS

A Justiça Federal determinou, em decisão liminar nesta quarta-feira (26), que a prefeitura de Dourados, a 214 km de Campo Grande, providencie escola e garanta acesso à educação para 600 indígenas da cidade, que estão foram das salas de aula.

A prefeitura de Dourados informou ao G1, por meio de assessoria, que recebeu a notificação da decisão liminar. Além disso, em nota o Executivo municipal disse também que "está tomando conhecimento do teor da decisão, vai analisar, mas já adianta que vai recorrer".

A decisão é resultado de uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul (MPF/MS) contra a prefeitura de Dourados e o atual prefeito Murilo Zauith (PSB), em outubro de 2014. Segundo o MPF, documentos encaminhados pelo próprio Executivo reconhecem a superlotação das escolas e a ausência de vagas.

A decisão da juíza federal Raquel Domingues do Amaral afirma que "o acesso à educação formal é um direito fundamental de todos os brasileiros de forma indistinta", por isso, determina a construção imediata de cinco novas salas de aula para ampliação da Escola Municipal Tengatui Marangatu, assim como a restauração da Escola Municipal Francisco Ibiapina.

As obras devem ser em regime de urgência para atender o início do ano letivo de 2015. Em caso de não cumprimento da decisão, a juíza alertou que enviará carta à UNESCO denunciando a situação das crianças e jovens indígenas.

Ainda segundo a juíza, a situação relatada descumpre, no mínimo, dois tratados de grande relevância: a Convenção nº 169, da OIT e a Convenção da Unesco. Por isso, o Estado brasileiro pode ser sancionado por os organismos internacionais as penalidades cabíveis

CONT.



Detalhes

Conforme a ação nº 002958-82.2014.03.6002, que tramita na 1ª Vara Federal de Dourados, as escolas indígenas de Dourados não têm capacidade de comportar a quantidade de crianças e adolescentes em idade escolar, por isso, 600 delas estão fora das salas de aula.

Outro problema apontado na ação é que as escolas em funcionamento estão superlotadas, com salas improvisadas e sem condições de educação por ter instalações físicas precárias e insalubres.

Ainda segundo a ação, o prefeito teria conhecimento da situação das escolas desde 2012, quando o município chegou a apresentar projeto de construção de cinco salas de aula na escola indígena Tengatui Marangatu. A obra não saiu do papel e os alunos continuam sem acesso ao ensino.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

11 Agricultura Xukuru e Natureza Sagrada: Pensamentos e práticas em torno da materialização do “Encantamento do Urubá”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 00.00.2013

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



II Encontro Urubá Terra O II Encontro Urubá Terra acontece dias 27 e 28 de novembro

Luciana Gaffrée- [REL/Uita](#)

Diálogos de saberes e as vozes do Ororubá: resgatando a cultura e protegendo a Mãe Natureza, suas sementes e resistência.

Pelo segundo ano o povo indígena Xukuru do Ororubá, município de Pesqueira/PE realizará através do coletivo Jupago Kreká (forma organizativa responsável pela agricultura Xukuru) o Encontro de Agricultura e Feira de Trocas de Sementes tradicionais, na Aldeia Cana Brava, durante os dias de 27 e 28 de novembro.

Agradecendo o apoio da Rel-UITA à causa do povo Xukuru, e desejando força e encantamento, é que Iran Neves, liderança Xukuru, formado em agronomia, faz-nos chegar o seguinte texto informativo sobre a

CONT.



atividade:

“Com a temática Diálogos de saberes e as vozes do Ororubá: resgatando a nossa cultura e protegendo a Mãe Natureza, nossas sementes, nossa resistência, o II Encontro Urubá Terra tem como objetivo principal integrar o conjunto de experiências que vêm sendo desenvolvidas no seu território, além de promover e potencializar processos coletivos de construção e consolidação do projeto de vida Xukuru, utilizando para isso a agricultura Xukuru como elemento de identidade étnica, princípio organizador da nação Xukuru do Ororubá, fundamento do Limolaigo Toipe (Bem Viver Xukuru).

Nos últimos anos, após a reconquista do Território Sagrado, várias foram as experiências e tentativas desenvolvidas junto a grupos produtivos na perspectiva de melhorar a qualidade de vida das famílias envolvidas buscando identificar e implantar programas e projetos que apoiassem processos de produção e comercialização no interior da terra Xukuru.

O povo e as lideranças Xukuru, comprometidos em desenvolver estratégias de combate às ameaças sofridas, como também devido aos desafios frente ao uso e ocupação do território recentemente conquistado, consideram fundamental para a construção do projeto de vida Xukuru, e conseqüentemente de sua qualidade de vida, a promoção de práticas e procedimentos da agricultura tradicional, por entender que esse modelo de agricultura é fundamental para a vida Xukuru, baseado no entendimento de que a agricultura tradicional é o princípio organizador das sociedades indígenas.

Destacamos como referência os processos de auto formação vivenciados pelo Coletivo Jupago Kreká, que possibilitou formar e/ou fortalecer estruturas de pensamentos referentes à agricultura e sua relação com o projeto de vida Xukuru em construção.

A agricultura Xukuru passa por um processo transformador e desafiador: pensar, redescobrir, fazer e defender agricultura a partir dos Espaços Sagrados (dos terreiros de ritual). Identificando, para isso, pessoas que, através das suas mãos e ações práticas, fazem atividades agrícolas, e principalmente fazem da agricultura seu modo de vida.

Suas práticas nos levam a refletir e analisar e, posteriormente, a compreender, admirar e transformar essa ação em prol de processos contínuos e coletivos de (re)construção e consolidação do projeto de vida Xukuru.

Os saberes e conhecimentos associados revelam olhares que se “territorializando”, também se tornam diversos e diferentes. Nas nossas dinâmicas sociais criam novas resistências e superações frente às desigualdades, preconceitos e indiferenças.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

No esforço de promover os saberes associados em torno da agricultura Xukuru através de processos contínuos de comunicação vivenciados nas dinâmicas sociais, buscamos intensificar as práticas que possibilitam a efetivação do Bem Viver Xukuru (Limolaigo Toipe), alimentando a esperança de que é possível “materializar o Encantamento do Urubá”, conclui o liderança Xukuru.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

12 UFRGS está com inscrições abertas para o vestibular indígena 2015
SÍTIO GUIA DO ESTUDANTE, 26.11.2014

Prazo vai até 23 de dezembro e não há taxa de inscrição da redação

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) recebe, até o dia 23 de dezembro, as inscrições para o seu vestibular indígena 2015. As provas ocorrerão em 10 de janeiro de 2015 e não há taxa de inscrição.

[>> Inscreva-se](#)

As inscrições também podem ser feitas na sede da Comissão Permanente de Seleção (Copese) ou da Fundação Nacional do Índio (Funai), ambas em Porto Alegre. Os endereços e a documentação necessária a ser enviada podem ser conferidos no item 2 do [manual do candidato](#).

Através desse processo seletivo, serão preenchidas vagas em Administração Diurno, Ciências Jurídicas e Sociais - Direito Diurno, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia Diurno, Pedagogia e Serviço Social – Bacharelado Noturno. A oferta é de uma vaga por curso, ou seja, 10 no total.

A lista de aprovados será liberada até o dia 20 de janeiro e as matrículas serão realizadas em 9 de fevereiro. Já as aulas devem começar no início de março.



13 Contadores podem colaborar com a formalização de comunidades quilombolas
SÍTIO JORNAL DO COMÉRCIO, 26.11.2014

Roberta Mello com Agência Brasil

GILMAR LUÍS/JC



Classe contábil pode se somar às comunidades quilombolas ao prestar serviço de assessoria tributária

No Mês da Solidariedade Contábil, a responsabilidade do contador com os temas mais latentes da sociedade entraram na agenda da classe. Durante a Semana da Consciência Negra, a atenção se voltou ao panorama dessa camada ainda estigmatizada na profissão e à necessidade de uma atenção especial às comunidades quilombolas.

A classe contábil pode se somar à luta das comunidades quilombolas ao prestar serviços de assessoria tributária. Segundo o antropólogo, metroviário e representante do Movimento Social Negro do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (Iacoreq), Ubirajara Carvalho Roledo, uma das grandes dificuldades depois de obter o certificado de quilombo é processar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), organizar a documentação necessária para inscrever-se em editais e prestar contas.

“Mesmo sem ter rendimento, esses territórios têm de declarar Imposto de Renda. Muitas vezes, as associações responsáveis pela organização comunitária se mantêm apenas com doações”, exemplifica Roledo, salientando que a assessoria contábil ajuda a garantir a sobrevivência desses locais. Depois de séculos à margem, contar com auxílio profissional também é uma forma de empoderar as comunidades para irem em busca de seus direitos e de novas formas de sustento.

Além disso, o contador pode ser crucial na hora de orientar esses espaços na cobrança de seus direitos,

CONT.



como, por exemplo, a isenção no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em Porto Alegre – medida que pode ser multiplicada para outros municípios. Apesar da titularidade das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos ter surgido com a constituição de 1988, muitas questões não são amplamente conhecidas e reconhecidas como direitos fundamentais.

Pensando exatamente nas alternativas apontadas pelo antropólogo, o Conselho Regional de Contabilidade (CRCRS), em parceria com outras entidades contábeis, deve iniciar uma articulação com os profissionais gaúchos e junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para expandir o alcance da assessoria tributária gratuita, já disponível aos microempreendedores individuais (MEI) por meio de legislação federal. “Vamos levar a proposta ao CFC e também começar a tocar essa a junto aos colegas mais próximos através, inclusive, do Programa de Voluntariado da Classe Contábil”, adianta a contadora Simone Imperatore, integrante da Comissão de Estudos de Responsabilidade Social do CRCRS.

Na véspera do Dia da Consciência, comemorado em 20 de novembro em homenagem à morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, em 1695, o CRSRS promoveu o painel Retrospectiva e Contemporaneidade da Identidade Afro-brasileira. A atividade já foi uma oportunidade de aproximação com o Quilombo Areal da Baronesa, situado em frente ao conselho e uma das mais importantes comunidades de manutenção da cultura afro-brasileira de Porto Alegre.

Com o livro Colonos e Quilombolas – Memória Fotográfica das Colônias Africanas em Porto Alegre (escrito por importantes ativistas do movimento negro gaúcho) em mãos, a contadora Ana Tércia Rodrigues, vice-presidente de Gestão do CRCRS, disse que, ao entrar em contato com a obra, se conscientizou ainda mais da importância daquele território pelo qual muitos contadores passam periodicamente e nem se dão conta de que existe. “Fazemos tantos trabalhos de solidariedade, de doação, mas ainda não nos voltamos aos nossos vizinhos”, diz.

Um grupo de moradores e representantes do Areal da Baronesa também participou da palestra e realizou um show após o painel. Cleusa Astigarraga, presidente da Escola de Samba local e do projeto Escola Mirim Areal do Futuro, que realiza um trabalho social com as crianças e jovens, festejou a possibilidade de uma aproximação. “Nos mantemos com doações, toda ajuda é bem-vinda”, comemorou.

Negros ainda são minoria nos cursos de Ciências Contábeis

CONT.



Letícia diz que já existe mais flexibilidade e as oportunidades aparecem para quem busca uma colocação.

MARCO QUINTANA/JC

Os contadores negros ainda respondem por um número muito pequeno no total de profissionais da contabilidade. “Nas universidades, o baixo número de formandos em Ciências Contábeis é bem fácil de verificar. Basta olhar as fotos dos convites: normalmente tem um, dois formandos negros”, indica a técnica em Contabilidade e estudante universitária Letícia Rosa.

A professora universitária das faculdades São Judas Tadeu e Ftec, Fabiana dos Santos, conta que, quando se graduou, em 1999, apenas mais um colega negro também se formou. “Hoje, vejo que esse número está aumentando, graças principalmente às políticas públicas de ações afirmativas.”

No penúltimo semestre do curso de Ciências Contábeis nas Faculdades Rio-grandenses (Fargs)

e já empregada na área na Fortus Assessoria Contábil, Letícia diz que nota entre os colegas afro-brasileiros uma dificuldade em terminar o curso e de se colocar no mercado de trabalho. Ela adverte que é muito comum as pessoas desistirem antes da formatura.

Uma das causas é a necessidade de trabalhar em jornadas pesadas (se sabe que a comunidade negra ainda é maioria entre a população de baixa renda). A outra é certa descrença depositada sobre a população afro-brasileira. “É preciso ter muita força de vontade para continuar acreditando no sonho quando tanta gente diz que é impossível realizá-lo.”

A estrutura familiar foi fundamental para que ela “nunca visse um limite”. Filha de pai serralheiro e mãe empregada doméstica, Letícia diz que o mercado de trabalho contábil está flexível e acredita que as

CONT.



oportunidades aparecem para quem as busca. Para ela, é fundamental, ainda, que novas lideranças negras surjam para mostrar que é possível.

Afrodescendentes ainda têm dificuldade para obter crédito

A população negra empreendedora ainda enfrenta dificuldades em conseguir acesso a crédito bancário, mesmo sendo parcela mais presente entre os micro e pequenos negócios. Essa situação acaba impondo alguns limites para o desenvolvimento e ampliação dos seus empreendimentos, conforme aponta panorama traçado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir).

O professor Marcelo Paixão, do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, resalta que essa situação é consequência da posição histórica dos negros no Brasil. “A dificuldade de se conseguir empréstimos bancários se dá à luz do grau de confiabilidade no agente que pede”, afirma Paixão.

Tributos oneram a população negra

Caracterizado por onerar proporcionalmente os mais pobres, o sistema tributário brasileiro provoca um tipo mais profundo de injustiça. Estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) revela que os impostos punem mais os negros e as mulheres em relação aos brancos e aos homens.

O levantamento cruzou dados de duas pesquisas do IBGE. O estudo baseou-se na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que fornece dados sobre a renda das famílias, e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que capta informações demográficas como raça e gênero. Segundo o levantamento, os 10% mais pobres da população comprometem 32% da renda com o pagamento de tributos. Para os 10% mais ricos, o peso dos tributos cai para 21%. A relação com o gênero e a raça aparece ao comparar a participação de cada fatia da população nessas categorias de renda.

Nos 10% mais pobres da população, 68,06% são negros e 31,94%, brancos. A faixa mais desfavorecida é composta por 45,66% de homens e 54,34% de mulheres. Nos 10% mais ricos, que pagam menos imposto proporcionalmente à renda, há 83,72% de brancos e 16,28% de negros. Nessa categoria, 62,05% são homens e 31,05%, mulheres.

CONT.



“Não há dúvida de que a mulher negra é a mais punida pelo sistema tributário brasileiro, enquanto o homem branco é o mais favorecido”, diz o autor do estudo, Evilásio Salvador. Para ele, é falsa a ideia de que a tributação brasileira é neutra em relação a raça e gênero. “Como a base da pirâmide social é composta por negros e mulheres, a elevada carga tributária onera fortemente esse segmento da população”, diz.

Historicamente, o sistema tributário brasileiro pune os mais pobres porque a maior parte da tributação incide sobre o consumo e os salários, em vez de ser cobrada com mais intensidade sobre o patrimônio e a renda do capital. Segundo o estudo, no Brasil, 55,74% das receitas de tributos vieram do consumo e 15,64% da renda do trabalho em 2011, somando 71,38%. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média está em 33%.

14 TRF4 autoriza permanência de Guaranis na Reserva Bom Jesus
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Imagem do projeto de criação da Reserva Bom Jesus – Correio do Litoral

Pedido da Funai conseguiu cassar decisão provisória que determinou retirada de indígenas sem sequer ouvir a comunidade

[MPF PR](#)

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região cassou a decisão liminar da Justiça Federal em Paranaguá que determinava a retirada de uma comunidade indígena Guarani da reserva Biológica Bom Jesus.

A liminar foi concedida em janeiro de 2014 atendendo a pedido do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Ação Civil Pública. Com a decisão do TRF4 de suspender os efeitos da liminar, atendendo a pedido da Funai através de um Agravo de Instrumento, a ACP será analisada sem a necessidade de despejo da comunidade.

Após a decisão liminar da Justiça Federal em Paranaguá determinando a retirada da comunidade indígena da reserva em um prazo de 60 dias, o Ministério Público Federal recebeu os indígenas e a Funai para tratar

CONT.



sobre o tema.

Após consulta a especialistas e análise da ação judicial, o MPF entendeu ser possível garantir, ao mesmo tempo, a proteção ambiental da reserva e o respeito aos direitos da comunidade indígena. Desta forma, o MPF requereu à Justiça Federal a reconsideração da decisão liminar e a realização de uma audiência de conciliação entre a Funai, o ICMBio e os indígenas.

Na audiência, realizada em outubro, o ICMBio negou uma conciliação sobre o caso. A Justiça Federal não reconsiderou a decisão liminar e apenas ampliou o prazo para a saída dos indígenas, até que a Funai providenciasse um local alternativo para a comunidade.

Com o objetivo de suspender a decisão liminar, a Funai ingressou com Agravo de Instrumento no TRF4. O MPF, convencido sobre a legitimidade da decisão da comunidade indígena em permanecer na reserva biológica, o que se fundamenta no autorreconhecimento protegido pela Convenção 169 da OIT, atuou em favor do recurso ajuizado pela Funai.

Após manifestação da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, o TRF4 julgou procedente o Agravo de Instrumento e cassou a liminar da Justiça Federal em Paranaguá que determinava a retirada dos indígenas. A controvérsia será agora analisada no transcorrer da ACP, onde caberá ampla dilação probatória sobre a questão, e com a efetivação do devido processo legal.

Leia os documentos do processo:

[Ação Civil Pública n. 5000189-75.2014.404.7008](#)

[Agravo de Instrumento \(parecer da PRR4\)](#)

[Agravo de Instrumento \(relatório e voto\)](#)

[Acórdão TRF4](#)

Fonte: Procuradoria da República no Estado do Paraná

CONT.



Reserva foi criada em 2012

A Reserva Biológica do Bom Jesus foi criada no dia 5 de junho de 2012 . O decreto foi publicado no DOU de 06/06/12.

Com cerca de 34 mil ha, a REBIO Bom Jesus abrange parte dos municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá. Ela inclui a área da Fazenda Bom Jesus, mais algumas áreas particulares.

No processo de criação da reserva, o ICMBio destacou que “nenhuma comunidade encontra-se dentro da área da REBIO, que abrange somente áreas de vegetação sem atividades produtivas ou moradias”.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC), a REBIO tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

É uma categoria restritiva de UC, cuja visitação é proibida e a gestão deve ser voltada para a proteção, a pesquisa científica e a educação ambiental



15 Indígena tem bens bloqueados por arrendamento de terras da União
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.11.2014

*Cerca de 3 mil hectares são utilizados para plantio de soja no Oeste de SC.
Contrato firmado entre cacique e agricultores constava uma 'parceria'.*

Do G1 SC

Um indígena teve os bens bloqueados nesta semana e o sigilo bancário quebrado por arrendamento de terras da União a agricultores em Ipuauçu, no Oeste catarinense. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), cerca de três mil hectares são utilizados para plantio de soja. Além dele, que exercia a função de cacique da Terra Indígena Xapecó, uma empresa de consultoria e uma associação também foram bloqueadas pela Justiça.

De acordo com o procurador da República em Chapecó, Carlos Humberto Prola, o caso foi denunciado em 2012 e as transações de arrendamento envolveram cerca de R\$ 240 mil. "Foram destinados R\$ 120 mil a um fundo social e a mesma quantia a uma consultoria. Um contrato foi firmado de forma a parecer uma parceria, mas a Justiça entendeu como uma ilegalidade", disse.

Segundo o contrato avaliado pelo MPF, o sistema de arrendamento funcionou em um formato que os indígenas receberiam de 20 a 25% da produção, com o cacique recebendo o bruto de 2%. O valor era destinado a um fundo social da comunidade e uma empresa de consultoria recebia 2%. O restante da colheita ficava com os agricultores. O pacto teria validade de 10 anos.

O bloqueio de bens foi exigido em ação cautelar com o intuito de reverter esse dinheiro para toda a comunidade indígena, e não a uma parcela de beneficiados. O indígena já não exerce mais a função de cacique na tribo, que é eleito através de votação. De acordo com o Rocha, a partir da ação, será feita uma investigação criminal dos fatos, que pode culminar na prisão de envolvidos.

A coordenadoria regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Chapecó, responsável pela região indígena do Oeste do estado, diz que não tem conhecimento do teor desta ação por não ser intimada para o caso. Entretanto, o coordenador Antônio Isomar Marini admite que a prática acontece em algumas áreas. "Por falta de uma alternativa de produção, eles acabam fazendo essas parcerias. O ideal é que houvesse linhas de crédito rural aos indígenas", disse. Segundo ele, é feita um esclarecimento por parte da Funai nas comunidades que a parceria é ilegal.

16 Deputado contesta matérias que ligam morte de indígena à disputa por terras
SÍTIO AGORA MS, 26.11.2014



Segundo deputado, assassinato foi briga entre indígenas, e não tem qualquer ligação com o conflito de terras – Assessoria

A publicação de matérias tendenciosas e inverídicas pela imprensa nacional e internacional – associando a morte da indígena Marinalva Manoel, de 27 anos, aos conflitos de terras em Mato Grosso do Sul – levou o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) à tribuna na sessão ordinária desta terça-feira (25/11), realizada em Campo Grande.

O democrata desmentiu a informação de que a morte de Marinalva Manoel tivesse alguma ligação com os produtores rurais da região. “Falaram que ela era liderança guarany-kaíowá, da terra indígena Ñu Porã/Mudas MS (localizada na margem da BR-163, próximo ao restaurante Canoa), que havia participado de protesto no STF (Supremo Tribunal Federal), em Brasília, e que seu assassinato estava relacionado à questão das disputas de terras entre índios e produtores rurais. Tudo inverdade”, afirmou o parlamentar.

Zé Teixeira possuía em mãos o inquérito realizado pela Polícia Civil de Dourados, que apura o crime. “Nós tivemos acesso ao inquérito policial, em que o cacique Valdemir Cáceres, da aldeia Ñu Porã, se comprometeu em falar a verdade. O cacique afirmou que Marinalva nunca morou lá, que nunca foi líder de nada e nem esteve em Brasília. Disse, também, que ela e seu namorado viviam em ‘pé de guerra’ e que ele seria o autor do crime”, emendou o democrata.

O deputado contestou a forma sobre a abordagem do caso, feita pela imprensa nacional. “Jornais como Rede Sustentabilidade, Folha de São Paulo e até um deputado federal da Paraíba, Luis Couto (PT), relacionaram o assassinato à classe produtora. Não há qualquer ligação com o conflito de terras e muito menos com o setor produtivo. O que aconteceu foi uma briga entre eles (fato que ocorrido com frequência em aldeias sul-mato-grossenses) e ponto final. Estas notícias têm denegrado a imagem do Estado”,

CONT.



ressaltou o parlamentar.

Teixeira aproveitou e chamou a atenção para o descaso com os povos indígenas de Mato Grosso do Sul. “É vergonhoso ver nossos índios serem representados por funcionários de outros estados, como o senhor Edson Alvez Monteiro, técnico agrícola lotado na coordenadoria da Funai, na cidade de Ji-Paraná, em Rondonia. Mas, acho pior mesmo é ver que os nossos indígenas não tem perspectiva alguma de crescimento, são tratados com muito descaso pelo Governo Federal e as vezes feitos de massa de manobra por ONGs nacionais e internacionais – que fomentam a prática de atividades ilegais”, concluiu o parlamentar.

Marinalva Manoel tinha 27 anos e foi encontrada morta com diversas facadas no dia 1º de novembro, na BR-163, no km 214, em Dourados. A polícia acredita que o namorado da vítima seja o autor do crime. Até agora ninguém foi preso.



17 Governo Federal lança Selo Indígenas do Brasil
SÍTIO VERMELHO, 26.11.2014

Promover a identificação étnica e territorial de produtos indígenas é o objetivo do Selo Indígenas do Brasil. A portaria interministerial que institui a identificação visual foi assinada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, durante a abertura do 2º Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, nesta terça-feira (25), em Brasília.

Agência Brasil



A exemplo do selo quilombola e do selo da agricultura familiar, o selo indígena cria valoriza o trabalho realizado nos territórios indígenas.

Segundo Rossetto, havia grande expectativa das comunidades tradicionais em torno da criação da identidade. “O selo, a exemplo do selo quilombola e do selo da agricultura familiar, cria um espaço da identidade produtiva e valoriza o trabalho realizado pelas nossas comunidades, estimulando a produção sustentável nos nossos territórios indígenas”, afirmou.

Cerca de 300 lideranças de povos e comunidades tradicionais das cinco regiões do país estão participando do evento, que vai avaliar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com ênfase ao acesso aos territórios e regularização fundiária.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

O encontro vai ainda construir uma proposta de reestruturação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

“Esse é o momento quando todos os segmentos de povos e comunidades do Brasil farão um balanço da política nacional de desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades tradicionais. É um momento para avaliar as fragilidades, os avanços e as perspectivas para essas comunidades”, explica o coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira.

As mesas e trabalhos em grupo, que ocorrerão até sexta-feira (28), serão pautados pelos encontros anteriores. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também contribuirão com o debate participando das mesas.

Da Redação em Brasília

Com informações do MDA

18 Na aldeia Krenak, em MG, idosos dão aulas para os mais novos e são chamados de mestres de tradição

SÍTIO CATRACA LIVRE, 26.11.2014

[sabinabreu](#) em 26 de novembro de 2014 às 10:46

A oralidade e as histórias dos antepassados ajudam a reforçar a identidade cultural da tribo

Situada às margens do Rio Doce, em Minas Gerais, a aldeia Krenak tem uma população de 500 habitantes, a maior parte deles abaixo dos 20 anos. Como os casais costumam ter filhos cedo, crianças de até 12 anos correspondem a 70% da população. Apesar desses dados, por lá, os mais velhos é que são valorizados. Guardiões e propagadores da história da tribo, os idosos são chamados de mestres de cultura e tradição e são convidados, uma vez por semana, a ensinar alunos nas escolas baseadas na própria tribo.

Sabrina Abreu



O amor pela cultura krenak e seu estilo de vida faz jovens desejarem permanecer na tribo

O currículo escolar inclui o conteúdo estipulado pelo Ministério da Educação (MEC) para todo o país e também disciplinas específicas sobre a identidade desse povo. As aulas são ministradas em português e também no idioma da tribo, que é usado pelos mestres de cultura para compartilhar seu conhecimento com mais de 350 estudantes. Há cinco anos, estas aulas têm sido filmadas e transcritas e o acervo, em

CONT.

vídeos e textos, está à disposição dos moradores e de quem visita a aldeia.

“É a oralidade, na própria língua krenak, a única janela pela qual as novas gerações conhecerão os testemunhos de seus avós e é o veículo de transmissão de memória que faz com que elas saibam que têm uma herança cultural. Isso não está nos livros”, explica o jornalista Ailton Krenak, pesquisador e colaborador do curso de história e cultura indígena na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Arquivo pessoal/ Ailton Krenak



O estudioso Ailton Krenak conta que os mais velhos são reconhecidos como guardiões das tradições locais

Assim como o aprendizado não se limita aos livros, ele também não fica restrito às salas de aula. “Toda a reserva é um lugar para aprender. A escola também é o ambiente a céu aberto, inclui o rio, a serra e as estações do ano”, conta Ailton. Neste mês de novembro, as árvores estão cheias de manga, os alunos podem ver que os animais e as aves são atraídos pela fartura de alimento. É uma época fácil para tomar banho de rio ou transitar pelo seu leito. Quando for tempo de enchente, essas atividades ficam mais perigosas e não são estimuladas pelos professores, que se amparam na natureza local para ampliar o repertório dos estudantes.

Ainda na grade curricular, hábitos antigos dos krenak, como caça e pesca, ajudam os jovens índios a entender melhor sobre o passado, ao mesmo tempo em que usam smartphones e computadores, como crianças e adolescentes que vivem fora da tribo. “Nossos estudantes estão interessados em reinterpretar o mundo ou o que existe ao redor do seu território, a partir da perspectiva dos antepassados, mas, como em qualquer outra comunidade, os krenak fazem um intercâmbio direto entre o que está do lado de fora e o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

que está do lado de dentro”, compara Ailton, ressaltando o fato da maior parte dos jovens adultos continuar querendo viver na tribo, apesar das pressões por trocá-la por um estilo de vida mais urbano. O jornalista arrisca uma razão para a permanência das novas gerações na reserva: “Acho que tem a ver com os valores familiares. Na tribo, não existe criança abandonada. E quem vai querer viver num mundo de crianças abandonadas?”.



19 Comunidades quilombolas encerram apresentações da Semana da Consciência Negra
SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL, 26.11.2014

PUBLICADO POR [CHICO TERRA](#) ·

Acompanhada da filha Raimunda Lina da Silva, dona Josefa Lina da Silva, mais conhecida como Tia Zeca, assistiu com emoção as apresentações durante o encerramento da Semana da Consciência Negra e 20º Encontro dos Tambores. Aos 98 anos, Tia Zeca (à esq.) é uma das centenas de pessoas que fizeram e constroem a história da resistência do negro no Amapá.

Com presenças ilustres e muita dança de marabaixo e batuque, as comunidades quilombolas encerraram nesta terça-feira, 25, as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra no Centro de Cultura Negra do Amapá.

O grupo de capoeira Raízes do Amanhã, do Centro Cultural Raízes do Brasil, abriu a festa na última noite. Com dança e som de tambor, crianças e adolescentes encenaram o arrastão da puxada de rede, uma tradicional pescaria que ocorria na década de 40 e 50. O grupo, que já viaja pelo Brasil realizando pesquisas sobre a cultura nacional, se apresentou pela primeira vez e arrancou aplausos do público.

Para o coordenador do projeto, Jeferson Passarinho, foi uma honra poder fazer parte da festa e mostrar o trabalho que já ocorre há 12 anos na comunidade do bairro Pacoval. "Nosso objetivo é resgatar a cultura do nosso Estado e de outros lugares do país, através da dança de capoeira. Estamos muito felizes por poder fazer parte das comemorações", disse.

O público também contou com as apresentações do grupo As afez do Rei Quilombo do Mel da Pedreira e do grupo cultural Malocam do Pedrão. O presidente da União dos Negros do Amapá, Arildo Costa, avaliou como positivos os festejos.

"As comunidades, tanto da zona rural como da zona urbana, puderam participar e mostrar seu potencial cultural por meio da dança, ritmos e gingados e abrilhantaram a festa. A UNA é isso: uma verdadeira festa de paz e fortalecimento da cultura negra", concluiu.

Da Vila do Coração, dona Maria Barros fez questão de participar dos festejos. Aos 65 anos, ela dançou e comemorou mais um ano de reflexão sobre a importância de sua história. "O negro merece ser reconhecido e lembrado por sua luta e papel na sociedade, nossa comunidade na Vila do Coração celebra esse momento", comentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A programação reuniu mais de 40 grupos de comunidades quilombolas de todo o Estado, durante cinco noites de festejos com apresentações da identidade cultural dos povos afros, suas crenças, dança e religiosidade.

Foto: Chico Terra





20 Marinha e comunidade quilombola fazem acordo no Rio
SÍTIO DIÁRIO WEB, 26.11.2014

Thaise Constancio - AE

Após dois anos de negociações mediadas pelo Ministério Público Federal, será assinado amanhã (27) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar) e a Marinha. O documento define as áreas e titulação das terras da Ilha da Marambaia, em Mangaratiba, cidade localizada no sul fluminense. O acordo inédito garante a preservação na área da cultura quilombola e do meio ambiente e as atividades da Marinha.

Descendentes de escravos, as 170 famílias de quilombolas vivem no local há quase 200 anos. A agricultura de subsistência e a pesca artesanal garantem a sobrevivência dos 430 habitantes da comunidade. A Marinha adquiriu o terreno em 1906 e na década de 1970 passou a usá-lo como área de treinamento de fuzileiros navais. Na Marambaia também há a Área de Proteção Ambiental (APA) de Mata Atlântica. Suas praias já foram frequentadas pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva em períodos de férias e feriados.

A briga judicial se arrasta desde 2002, com processos de ambos os lados. Com a assinatura do TAC e a homologação da relatora do processo, a desembargadora Vera Lúcia Lima, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, todas ações judiciais serão extintas.

O procurador da República Daniel Sarmento elogiou o acordo. "O TAC delimita as áreas para evitar conflitos entre as partes, assegura o espaço necessário para a manutenção da comunidade quilombola e para a garantia das atividades de militares de defesa nacional."

Serviços. Apesar do nome, a ilha é uma extensão da restinga da Marambaia (zona oeste do município do Rio) e possui 8.100 hectares (cada hectare equivale a um campo de futebol). Segundo o TAC, serão tituladas seis áreas coletivas para os quilombolas, num total de 53 hectares. O acordo ainda prevê o acesso de moradores aos serviços de saúde, educação e transporte oferecidos pela Marinha.

Após a assinatura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) terá 270 dias para concluir o processo de reconhecimento e titulação da comunidade. Caso o Incra considere o grupo remanescente de quilombo, como estabelecido pela Fundação Palmares em 2007, o título coletivo de propriedade sobre a área será concedido para a Arqimar e o terreno não poderá ser dividido ou vendido. Se, por alguma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

razão, a comunidade não for considerada quilombola, a União outorgará o direito real de uso sobre as terras para garantir o direito à moradia e à preservação da cultura tradicional do grupo.

Presidente da Arqimar, Nilton Carlos Alves chamou de "momentos turbulentos" a disputa judicial, mas agora diz estar satisfeito com o acordo que garantirá o modo de vida da comunidade. Por 12 anos, os quilombolas não puderam reformar, ampliar ou construir moradias. Os locais de pesca eram limitados. Nas áreas pesqueiras ocorriam treinamentos militares. "Abrimos mão de algumas áreas, assim como a Marinha, mas garantimos o espaço para preservar nossas tradições e garantir a qualidade de vida da comunidade", diz Alves. Para ele, famílias que deixaram a ilha por causa do conflito com a Marinha poderão voltar à Marambaia.

Em nota, a Marinha ressaltou que "o acordo representa um marco significativo para todos os órgãos envolvidos, uma vez que pacifica, de forma conciliada, uma lide que perdura há 12 anos, e garante a integridade da área militar conjuntamente à manutenção da identidade cultural dos moradores, com seu tradicional estilo de vida, bem como a preservação ambiental". As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Fonte: Estadão Conteúdo



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

21 Assinatura de requerimento para Seguro Defeso inicia na segunda
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.11.2014

*Pescador que deixar de assinar não vai receber benefício.
Seguro começa a ser liberado dia 15 de dezembro.*

Do G1 Santarém, com informações da TV Tapajós



Colônia de pescadores Z-20 espera que 6 mil associados façam requerimento (Foto: Reprodução/TV Tapajós)

Os pescadores associados à Colônia Z-20, em Santarém, oeste do Pará, devem ficar atentos para a data de assinatura do Seguro Defeso 2014/2015. O trabalho será feito pelo Ministério do Trabalho de Belém, através do serviço online, de 1º a 10 de dezembro, sendo cada dia destinado a pescadores de determinadas comunidades rurais e da zona urbana para que não haja superlotação no prédio da entidade.

O seguro é pago aos pescadores no valor de um salário mínimo durante quatro meses durante o período em que fica proibida a atividade pesqueira para que as espécies possam se reproduzir. O benefício começa a ser liberado no dia 15 de dezembro deste ano e vai até 15 de março de 2015. “O pescador que não fizer essa assinatura não tem como receber porque não requereu”, esclareceu o diretor de assistência social da Z-20, Jucivaldo Pereira, ressaltando que, no período estipulado, os pescadores devem levar todos os documentos originais e cópias à sede da entidade para que sejam feitos os procedimentos.

A expectativa é de que 6 mil pescadores façam a assinatura do requerimento para receberem o benefício.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

A intenção do pagamento do seguro é evitar que espécies em reprodução sejam capturadas, comprometendo assim o ciclo de vida dos peixes. Quem for flagrado pescando, transportando, armazenando ou comercializando peixes proibidos irá pagar multa que varia entre R\$ 700 e R\$ 100 mil, mais R\$ 20 por quilo de peixe. A punição também prevê a apreensão do material usado na atividade.

Nove espécies de peixe estão proibidas: tambaqui, jatuarana, pacu, mapará, pirapitinga, aracu, curimatá, branquinha e fura-calça. No dia 1º de dezembro, acari e pirarucu entram na lista.



22 Apenas 8,3% das entidades assistenciais atendem povos e comunidades tradicionais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.11.2014

Público-alvo predominante são famílias (67,8%), seguido pelas crianças. Só 28,9% das entidades atuam na proteção a pessoas com deficiência, idosos e suas famílias

por Portal Brasil

Existem no Brasil 14.791 Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos (Peas). No entanto, apenas 8,3% delas têm como público-alvo os povos e comunidades tradicionais, de acordo com a Peas 2013, divulgada nesta quarta-feira (26), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o instituto, essa proporção reflete a distribuição regional de entidades, que se concentra no Sudeste, onde atuam mais da metade delas, 7.685 entidade, ou 52% do total. A região Sul aparece com 24,9%, Nordeste com 13,3%; Centro-Oeste com 7,0% e Norte com 2,9%. Ou seja, apenas 423 atuam nos seis estados da região Norte.

Reflete também a concentração da população brasileira. As regiões Norte (8,0%) e Centro-Oeste (10,7%) apresentaram os menores percentuais, enquanto o Sudeste (35,3%) lidera.

Público-alvo se concentra nas famílias

O público-alvo predominante das entidades são as famílias (67,8%), seguido pelas crianças de 0 a 12 anos de idade (63,2%) e as crianças e adolescentes de 13 a 17 anos de idade (59,1%). Também superaram os 50% as EAS voltadas para idosos com 60 anos ou mais (56,0%), adultos de 30 a 59 anos de idade (51,0%) e jovens de 18 a 29 anos de idade (50,2%).

Apenas 28,9% das entidades assistenciais atuam na proteção a pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.

A Proteção Social Especial (PSE) do Sistema Único de Assistência Social é destinada a famílias e indivíduos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

em situação de risco pessoal e social, por abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A Proteção Social Especial tem dois níveis de complexidade: média e alta. Os serviços de média complexidade atendem famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já a proteção social especial de alta complexidade garante moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos sem referência e/ou que precisem ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário.

Todos os resultados da PEAS 2013 estão disponíveis em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/peas/2013/default.shtm>

Fonte: Portal Brasil com informações do [IBGE](#)

23 Funai implanta bibliotecas indígenas
SÍTIO FUNAI, 26.11.2014



Funai

Acreditando que a educação é o agente transformador de uma sociedade e constituída como um dos direitos fundamentais do ser humano, a Fundação Nacional do Índio, por meio da Coordenação Regional Baixo São Francisco, na Bahia, implantou cinco bibliotecas em escolas indígenas, pelo Projeto SEMEAR SABERES. As escolas indígenas beneficiadas são das comunidades Kaimbé/ Massacará, Kiriri/Banzaê, Pankararé/ Aldeia Serrota/ Glória – BA, Xucuru Kiriri/ Glória- BA e Tuxá Ibotirama.

O Projeto Semear Saberes busca contribuir e viabilizar o entendimento nas crianças e adolescentes e tem como objetivo implantar/reestruturar um espaço dentro das aldeias dedicado a leitura, por considerar ser de extrema importância para a criança adquirir precocemente o hábito da leitura.



Funai

CONT.



No total foram doados mais de 3 mil livros. A proposta é que a leitura de livros de literatura infanto juvenil, pesquisas, didáticos, revistas e temas que abordam e valorizam as especificidades e culturas indígenas sejam inseridas nos bancos escolares e no cotidiano desde bem cedo na vida das crianças e adultos, "pois somente com a leitura os adolescentes de hoje, se tornarão adultos capazes, críticos e conscientes de suas decisões no futuro", ressalta o coordenador regional Carlos Roberto.



Funai

Segundo Carlos Roberto, é importante estimular também no adulto o gosto pela leitura, "em comunidades carentes, sejam elas rurais ou urbanas, o acesso à leitura é também agente de transformação social efetiva, pois permite o acesso à informação e a culturas diferentes, que ampliam os horizontes de crianças e jovens que muitas vezes vivem limitados por barreiras sociais".

A Coordenação regional Baixo Francisco contou com a ajuda de diversos parceiros para a realização desse projeto: FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/PE, CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, Editora Bagaço, IFBA – Instituto Federal da Bahia, UNEB- Universidade do Estado da Bahia, FASETE – Faculdade Sete de Setembro, ABL – Academia Baiana de Letras, ALB – Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, FBN – Fundação Biblioteca Nacional – RJ, Arca das Letras/MDA, Museu do Índio.

CONT.



Funai

Mais duas bibliotecas devem entrar em funcionamento ainda neste ano, atendendo ao povo da Terra indígena Tumbalalá/ Missão Velha/Curaçá e Truka Tupã/ Paulo Afonso, também na Bahia.

24 Terror no Sul da Bahia: em mega-operação, policiais espancam e atiram balas de borracha contra os Pataxó

SÍTIO CIMI, 26.11.2014

Inserido por: Administrador em 26/11/2014.

Fonte da notícia: [Domingos de Andrade- Cimi Equipe Itabuna e Assessoria de Comunicação, Cimi](#)



Em ação truculenta para cumprir mandado de reintegração de posse na Aldeia Boca da Mata, a Polícia Federal com apoio da Polícia Militar e Civil do estado da Bahia, atirou balas de borracha e bombas de gás contra os indígenas Pataxó. Segundo relatos, os policiais não pouparam nem crianças e mulheres, hoje, 26 de novembro, por volta de 5h da manhã.

Uribe Pataxó informou que há muitos indígenas nas matas fugindo do ataque da Polícia. O representante da Funai na região, Tiago de Paula, estava na área e segundo indígenas ele também foi agredido. “Bateram em nossos parentes, nossas crianças e mulheres. Tem índio que ainda tá perdido no mato. Chegaram botando terror. São mais de 30 viaturas que estão no território, PF, Polícia Civil, Polícia Caema. Então é muita polícia, já chegaram espancando os índios, estamos preocupados com nossos parentes que ainda estão perdidos no mato”, lamenta Antônio José Pataxó, que vive na Aldeia Guaxuma, outra área de retomada distante 11km de Barra Velha, local onde aconteceu a barbárie.

A Polícia pretende cumprir todas as liminares favoráveis aos fazendeiros. As lideranças indígenas ainda não informaram data, mas vão se articular para ver o que fazer diante dessa situação.

CONT.



A Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, situada nos municípios de Porto Seguro, Prado, Itamaraju, região do extremo sul da Bahia é área tradicionalmente ocupada pelos Pataxó, conforme vários relatos históricos desde de 1.500 e tem o território delimitado e homologado conforme processo Funai com 8.627 hectares.

Em desacordo com a reivindicação da comunidade indígena, a terra indígena foi demarcada em 1981, declarada como posse permanente da comunidade por meio da Portaria de nº 1.393, em 1982.

Área que é insuficiente para uma população de mais de 5 mil indígenas espalhados em cerca de 17 aldeias. Com a revisão de limites essa área passa para 52.748 hectares, sendo que desse total 22.500 pertencem ao Parque Nacional do Monte Pascoal sobreposto a Terra Indígena, criado em 29 de novembro de 1961.

Devido a demora do governo na regularização territorial em abril de 2014, as lideranças e membros de várias comunidades indígenas deram início ao processo de retomadas em fazendas que estão dentro da área delimitada pela Funai, totalizando cerca de 27 propriedades, para pressionar o Ministério da Justiça a expedir Portaria Declaratória. Atualmente existem cerca de 13 interditos proibitórios, 12 mandados de reintegrações e manutenção de posse, na Justiça Federal de Eunápolis e Teixeira de Freitas, aguardando cumprimento pela Polícia Federal.



25 Rio Trombetas (PA): MPF demanda planejamento e controle social
SÍTIO BLOG COMISSÃO PRÓ ÍNDIO, 26.11.2014

*Iniciativa do Ministério Público Federal visa proteger os recursos hídricos da Amazônia
Hidrelétricas previstas ameaçam territórios indígenas e quilombolas.*

A Bacia do Rio Trombetas, na Calha Norte do Pará, é um dos alvos das nove ações apresentadas pelo Ministério Público Federal na semana passada (19/11) com o objetivo de proteger os recursos hídricos da Amazônia, até agora usados sem nenhum planejamento.

Segundo o [Ministério Público](#), a Agência Nacional de Águas (ANA) vem outorgando direitos de uso de recursos hídricos de maneira ilegal, porque, em nenhum rio amazônico, foram instalados os comitês de bacia que são responsáveis por planejar o uso das águas.

O MPF cobra o cumprimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela [Lei das Águas \(9.433/97\)](#) que reconhece que a água é um recurso natural limitado e visa assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Além da bacia do Rio Trombetas, foram ajuizadas ações sobre as bacias dos Rios Tapajós, Teles Pires, Madeira, Ji-Paraná, Negro, Solimões, Branco, Oiapoque, Jari, Araguaia e Tocantins.



Rio Erepecuru - Bacia do Rio Trombetas - na TQ Erepecuru - Foto: Carlos Penteado

CONT.



Ação Civil Pública – Bacia do Rio Trombetas

Na [Ação Civil Pública](#), os Procuradores da República em Santarém - Fabiana K. Schneider, Luis de Camões L. Boaventura e Rafael K. Borba Costa – requerem liminar para que a Agência Nacional de Águas seja impedida de emitir Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (e sua conversão em outorga), nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na Bacia do Rio Trombetas, até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Trombetas e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos.

Demandam também que a ANA seja obrigada a elaborar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Trombetas, e submetê-lo à aprovação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, como condição para a emissão de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica.

Segundo os Procuradores, a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica tem como objetivo reservar a quantidade de água necessária à viabilidade dos empreendimentos e ocorre durante o processo de licenciamento ambiental. Por exemplo no caso de uma usina, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica ou a Empresa de Pesquisa Energética remete cópia do contrato de concessão ou do ato administrativo de autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, a ANA transforma automaticamente a DRDH em outorga de direito de uso dos recursos hídricos, em rios de domínio da União.

O MPF alerta que tanto a DRDH quanto a sua outorga deveriam estar baseadas no Plano de Recurso Hídrico da Bacia Hidrográfica, que não existe. Portanto, argumenta o MPF, a inexistência desse Plano infringe a Lei das Águas (Lei nº 9.433/97).

Confira o texto da [ACP](#)

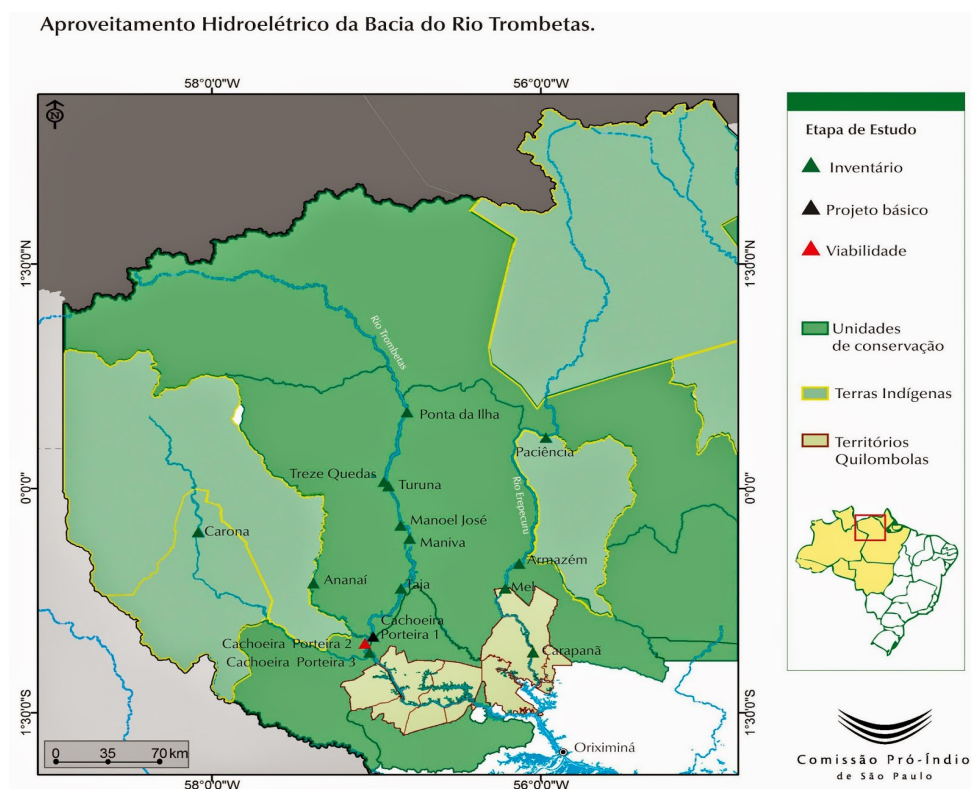
Hidrelétricas planejadas no Trombetas

Na bacia do Rio Trombetas, o Plano Nacional de Energia projeta 15 empreendimentos hidrelétricos: 13 deles contam com estudos de inventário; um com estudo de viabilidade e um com projeto básico.

A previsão de área total a ser inundada por tais hidrelétricas soma 5.530 quilômetros quadrados com impactos em terras indígenas (Nhamundá-Mapuera; Trombetas-Mapuera, Kaxuyana-Tunayana e Zo'é) e

CONT.

quilombolas (Cachoeira Porteira, Alto Trombetas e Erepecuru). Além de atingir unidades de conservação federal (Rebio Rio Trombetas) e estaduais (Flota Trombetas e Faro).



2014: retomada dos Estudos sem consulta

A iniciativa do Ministério Público Federal vem em boa hora já que em 2014, os estudos das hidrelétricas no Trombetas foram retomados.

Em fevereiro de 2014, Empresa de Pesquisa Energética - vinculada ao Ministério de Minas e Energia - contratou o Consórcio FERMA-IGPLAN para a realização dos estudos socioambientais para o inventário hidrelétrico da bacia hidrográfica do Rio Trombetas.

Os estudos em campo iniciaram-se em junho de 2014, com autorização de Secretaria do Meio Ambiente do Pará, sem informação ou diálogo prévio com os índios e quilombolas conforme foi denunciado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 212/ 2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

Em agosto, o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual encaminharam [Recomendação](#) à Secretaria do Meio Ambiente do Pará, ao Ibama e ao ICMBio requerendo a suspensão das autorizações para realização dos estudos até que haja a realização de consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da OIT. A situação permanece indefinida.

Saiba mais:

[O direito à consulta livre,prévia e informada.](#)

[Comunidades quilombolas de Oriximiná.](#)



Rio Trombetas - Foto: Carlos Pentead